

Ensino de história e a questão indígena

History teaching and the indigenous question

Antonia Terra de Calazans Fernandes*

RESUMO

A proposta do texto é relatar a experiência de ministrar, no ensino superior, a disciplina optativa “Ensino de história e a questão indígena”, criada com base na Lei 11.465/2008, que estabelece a obrigatoriedade, no ensino fundamental e médio, do trabalho com conteúdos referentes à história dos povos indígenas brasileiros. O relato apresenta as escolhas dos temas para estudo, as atividades, os autores propostos para estudos e algumas reflexões sobre os trabalhos realizados com os estudantes.

Palavras-chave: história; ensino de história; história dos povos indígenas no Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to report the experience of giving, on higher education, the elective course “History Teaching and the Indigenous Question”, created from the 11.465/2008 Law, which establishes, on primary and secondary education, working with content related to the history of Brazilian indigenous peoples as compulsory. The report presents the choices of study themes, the activities, the authors proposed for studies, and some reflections from the work done with students.

Keywords: history; History teaching; history of indigenous peoples in Brazil.

Desde 2008, o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo tem ministrado disciplinas específicas que compõem a grade curricular do curso de licenciatura, incluindo uma disciplina obrigatória e outras optativas, assumindo a corresponsabilidade, com a Faculdade de Educação, no processo de formação de futuros professores de História.

Entre as disciplinas optativas criadas com essa finalidade, em 2011 foi proposta a que recebe o título de “Ensino de história e a questão indígena”, oferecida aos alunos em 2012. Essa disciplina foi criada com base nas deman-

*Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Av. Prof. Lineu Prestes, 338. 05508-000 São Paulo – SP – Brasil. antoniaterra@usp.br

das da Lei 11.465/2008,¹ com o intuito de estudar algumas questões introdutórias à história indígena brasileira.

Inicialmente, a intenção foi organizar um programa para o estudo da produção historiográfica já existente sobre o tema, considerando a inexistência de oferecimento de disciplinas específicas no Departamento de História para abordagem desse recorte histórico sobre as populações indígenas. Um balanço preliminar tinha indicado que, de modo geral, no bacharelado os alunos estudam a história indígena das populações da América do Sul e da Amazônia, a história de alguns contatos no século XVI, e o papel dos indígenas no processo de implantação do modelo colonial português no Brasil. Assim, a intenção inicial de oferecer uma nova disciplina optativa era a de ampliar os estudos históricos para focar a especificidade das questões envolvendo a história das populações indígenas brasileiras, debatendo a escassa produção historiográfica do tema e os recortes conceituais predominantes.

Posteriormente, uma avaliação dos domínios dos alunos em relação à temática, com a identificação entre eles de valores arraigados historicamente na cultura brasileira, levou à reconstrução da proposta do curso. Pensou-se, então, uma nova proposta que priorizasse atividades de contatos com aldeias, avaliações de abordagens da temática em materiais didáticos e apresentação de alternativas pedagógicas para futuros trabalhos escolares. No programa final prevaleceram: estudo e debate das representações sociais divulgadas na sociedade brasileira para as populações indígenas; avaliação dos textos e imagens presentes em livros didáticos de História de diferentes períodos; vivências diretas de visitas às aldeias; visitas a exposições de museus e espaços culturais; estudos e debates de conceitos históricos específicos para aprofundamento do tema; estudo da produção historiográfica; estudos e debates das produções dos próprios indígenas, sobre eles mesmos; e situações para criar e propor situações escolares.

As aulas se iniciaram com uma classe de setenta alunos. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a optar pela disciplina, a maioria afirmou considerar o tema importante, mas declarou ‘saber nada’ a respeito das populações indígenas brasileiras, a não ser a imagem estereotipada das comemorações do Dia do Índio divulgadas na escola quando crianças.

A primeira intervenção em aula foi o debate com os alunos sobre o que entendiam e conheciam a respeito das sociedades indígenas. Em resposta,

inicialmente se mostraram respeitosos quanto aos direitos desses povos à terra e à diversidade cultural. Porém, ao longo das aulas seguintes, passaram a questionar: O que significa ser uma nação dentro de uma nação? Há perdas da cultura indígena original? Como pensar a assimilação cultural e também a permanência da cultura original? Será que não estão em condição de grande pobreza por viverem em casas de madeira? Por que as crianças indígenas ficam pedindo dinheiro? Não há formas puras de ‘ser índio’? Por que comem comida similar às que comemos? Como caracterizar as assimilações? Como podem ser católicos e manter a religião deles?

O primeiro trabalho teórico focalizou o conceito de ‘culturas híbridas’, apresentado por Nestor Goulart Canclini.² E a proposta consistiu em debater o conceito com base na caracterização atual e histórica de uma aldeia Karipuna, localizada no Amapá, descrita pelo professor Edson Machado de Britto³ em sua tese defendida recentemente. A intenção era possibilitar aos alunos conhecerem alguns dos problemas vivenciados pelos indígenas atuais, e utilizarem um conceito amplo o bastante para considerar mudanças históricas e reavaliar o ideal corrente de ‘culturas puras’.

No caso da aldeia Karipuna estudada pelo pesquisador, a história tem indicado que foi formada no início do século XIX, por indivíduos de diferentes procedências, até mesmo por grupos que estiveram envolvidos na Cabanagem, os quais se juntaram a grupos indígenas e não indígenas na região onde hoje ela está localizada. Além disso, o texto do autor apresenta, como vivências específicas dessa aldeia, atividades religiosas católicas, como missas periódicas e outras envolvendo especialmente a festa do Divino Espírito Santo, e também o ritual do Turé, com grande importância atribuída ao pajé e à sua mediação entre o mundo humano e o mundo dos seres encantados.

Em sala de aula, a confrontação do conceito de ‘culturas híbridas’ de Nestor Canclini com a realidade dos Karipuna do Amapá gerou alguns debates. Como resultado dessa confrontação, um dos grupos de alunos apresentou, por exemplo, estas conclusões:

podemos sim pensar o grupo dos Karipuna na perspectiva do conceito proposto por Canclini, uma vez que não há a predominância desta ou daquela cultura que contribuiu para a formação histórica do grupo. No entanto, se olharmos de perto, mesmo tendo contatos e usos com elementos considerados genericamente

como ‘não indígenas’, não ocorre ali uma mudança de organização do grupo, que é fundamentalmente indígena.

Então ficou um pouco confuso, em nossa discussão, se ali ocorre a tal hibridação proposta por Canclini, caracterizando os Karipuna como um grupo novo, diverso, ou se trata de um grupo predominantemente indígena, com algumas incorporações, mas que não se configura em uma nova estrutura sociocultural.

A apresentação de uma nova proposição conceitual resultou, assim, num esforço dos alunos no sentido de reavaliarem suas preconceções. Nesse caso, incorporaram a possibilidade de trocas entre culturas, mas o conceito ainda não favoreceu o entendimento dos Karipuna como uma sociedade historicamente organizada, com um passado constituído por um processo histórico de contatos. A dúvida sobre a permanência dos Karipuna como indígenas continuava associada à ideia de sociedades que, para permanecerem indígenas, deveriam estar mais próximas de uma suposta cultura original, ou seja, sem muitas transformações que as distanciassem do passado.⁴

Restou, assim, esta pergunta: Como ser uma sociedade indígena e, simultaneamente, uma sociedade histórica?

O segundo trabalho voltou-se para a análise de representações europeias para os indígenas, com base nas análises de Ana Maria de Moraes Belluzzo,⁵ na coleção *O Brasil dos Viajantes*, e nas representações recorrentes nos livros didáticos, considerando as análises feitas pela historiadora Adriane Costa da Silva⁶ em sua dissertação de mestrado, defendida na FE-USP no ano de 2000. O trabalho consistiu na análise de livros didáticos (antigos e atuais) por grupos de alunos, tendo eles de considerar as referências teóricas pautadas nos textos das autoras, com a preocupação de identificar em quais períodos históricos as populações indígenas têm sido citadas nos livros, quais os valores a elas relacionados (nos textos e nas imagens) e em quais pressupostos históricos da produção historiográfica esses valores estavam assentados.⁷

Apesar de os textos teóricos já apresentarem análises dessas representações, a intenção foi possibilitar aos estudantes o contato direto com os livros didáticos, salientando seus contextos históricos e os diálogos de seus autores com a produção historiográfica de cada época. Para a realização da atividade

em sala de aula, organizou-se uma ficha de referência com as principais representações e as tendências de foco da análise em cada período histórico.⁸

Um dos grupos de alunos analisou um livro atual de História para o ensino fundamental do 7º ano, editado em 2007 e reeditado em 2010, e assinalou, como predominantes no tratamento dado aos povos indígenas, estes valores:⁹

<input checked="" type="checkbox"/> genéricos	<input type="checkbox"/> exóticos	<input checked="" type="checkbox"/> <i>românticos</i>
<input type="checkbox"/> protagonistas	<input type="checkbox"/> coadjuvantes	<input checked="" type="checkbox"/> <i>primitivos</i>
<input type="checkbox"/> selvagens	<input type="checkbox"/> semi-humanos	<input type="checkbox"/> incultos
<input checked="" type="checkbox"/> <i>ferozes</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <i>antropófagos</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <i>bárbaros</i>
<input checked="" type="checkbox"/> <i>em um estágio antigo da humanidade</i>	<input type="checkbox"/> infância da humanidade	<input checked="" type="checkbox"/> <i>atrasados</i>
<input checked="" type="checkbox"/> <i>ingênuos</i>	<input type="checkbox"/> indolentes	<input checked="" type="checkbox"/> <i>caracterizados por atributos físicos associados a valores</i>
<input type="checkbox"/> inseridos em um contexto evolucionista	<input checked="" type="checkbox"/> <i>parados do tempo</i>	<input type="checkbox"/> pertencentes a uma cultura dinâmica
<input type="checkbox"/> subalternos	<input checked="" type="checkbox"/> <i>passivos</i>	<input type="checkbox"/> avançados
<input checked="" type="checkbox"/> <i>caracterizados em função de outra cultura</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <i>inseridos em um contexto eurocêntrico</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <i>aculturados</i>
<input checked="" type="checkbox"/> <i>isolados</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <i>contaminados pela civilização</i>	<input type="checkbox"/> envolvidos em mitos de miscigenação
<input type="checkbox"/> unidades étnicas	<input type="checkbox"/> desigualdades nas interações entre os grupos étnicos	<input checked="" type="checkbox"/> <i>apresentados compondo o quadro da natureza</i>
<input type="checkbox"/> casamentos interétnicos	<input checked="" type="checkbox"/> <i>explorados pelos colonizadores</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <i>mão de obra</i>
<input type="checkbox"/> guardas das fronteiras nacionais	<input checked="" type="checkbox"/> <i>povos desaparecidos</i>	

E o grupo, analisando o mesmo material, anotou:

Os indígenas brasileiros não são retratados em sua vida anterior ao contato com os portugueses. Quando são analisados, o que predomina é uma forte associação do índio com a antropofagia, guerra e com caráter feroz e selvagem. O sujeito (ou o conquistador) também é feroz, porém, é retratado como superior, moral e tecnologicamente. O índio não é colocado como ator social, e sim como uma vítima da cultura e da invasão europeia. Ainda predomina a associação do índio com o isolamento e vida na floresta, mesmo nos dias de hoje. 'Os que ainda existem', vivem na floresta, harmoniosamente. É uma generalização e tendência pejorativa e anacrônica.

Na sequência do curso, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer os materiais didáticos produzidos e organizados pelo setor educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, focando o trabalho com cultura material das populações indígenas brasileiras. Essa atividade se desdobrou na visita ao Centro de Informação da Cultura Indígena, em Embu das Artes (SP), para contato com os objetos das populações das aldeias do Parque do Xingu, colecionados pelo sertanista Waldemar de Andrade Silva (conhecido como Walde-Mar). A intenção foi possibilitar que ouvissem relatos de quem conviveu com as populações xinguanas e com os irmãos Villas-Boas, conversassem com as jovens Kalapalo que são monitoras do museu e realizassem exercícios didáticos de coleta de informações sobre os objetos expostos, mediante o preenchimento de uma ficha organizada com antecedência e entregue no local. O exercício consistiu na análise de materialidades que possibilitem indícios de especificidades históricas e culturais dos indígenas hoje assentados no Centro-Oeste.¹⁰

Os estudantes consideraram a visita como muito valiosa e se empenharam na observação dos objetos e na coleta de informações com base em suas materialidades e estéticas. Algumas anotações nas fichas preenchidas por eles foram estas:

Objeto: Pau de Chuva. *Sociedade:* Kariri e Pataxó. *Local de origem:* Xingu. *Material:* caracol, areia de rio, conchas quebradas, caramujos. *Forma:* cilindro com cerca de um metro de comprimento. *Uso:* embalar crianças chorosas e como instrumento musical. *Objeto similar em nossa cultura:* Não há. *A história que o objeto conta:* Este objeto pode contar sobre o cuidado e atenção dada às crianças in-

dígenas. É utilizado para acalmar as crianças inquietas, chorosas. Tem uma sonoridade incrível, parecendo chuva. Pode ser usado como chocalho nas festas e comemorações, sempre para alegrar.

Objeto: Tigela zoomorfa. *Sociedade:* Waurá. *Local de origem:* Xingu. *Material:* cerâmica. *Forma:* uma tigela no formato arredondado, com cabeça e pés em homenagem a um animal. *Uso:* doméstico. *Objeto similar em nossa cultura:* tigela. *A história que o objeto conta:* a relação da sociedade Waurá com o alimento. A forma do objeto, semelhante aos animais, é uma forma de homenagear a natureza durante o ato de preparo da alimentação, o que evidencia o respeito e a consciência desse povo com a natureza de onde eles tiram seu alimento.

No mesmo semestre, programamos ainda a visita a duas aldeias Guarani dentro do município de São Paulo. A visita às aldeias na cidade tem a intenção de intervir nas representações de que as populações indígenas só vivem em terras distantes, embrenhadas em florestas e matas da Amazônia ou do Brasil central. Além disso, optou-se por visitar duas aldeias da mesma cidade, mas com características diferentes: a aldeia do Jaraguá, situada na região oeste da cidade de São Paulo e completamente cercada por estradas, asfalto e muitas residências; e a aldeia Krukutu, em Parelheiros, ao sul da cidade, próxima à Serra do Mar. De algum modo, esta conserva-se mais resguardada da vida urbana por estar localizada em região de sítios e chácaras.

Antes das visitas, estudamos a história mais recente dos Guarani-Mbyá e as histórias das duas aldeias no livro da antropóloga Maria Inês Ladeira, *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*.¹¹ A intenção foi conhecer algumas das questões relacionadas ao modo de vida Mbyá, suas migrações e a maneira como vivenciam a questão do contato com os não índios.

Além do texto para leitura e estudo, assistimos também ao vídeo *Dois aldeias, uma caminhada*, produzido pelos jovens indígenas da série *Vídeo nas aldeias*.¹² Esse material causou grande impacto entre os alunos por contar a história de duas aldeias Guarani-Mbyá do Rio Grande do Sul: diante da falta de terra, de falta de florestas para caça para alimentação e da perda da plantação de milho por conta da geada, a comunidade encontrou como opção a produção e a venda de artesanato para turistas. Diferentemente dos documentários tradicionais, quem comenta os acontecimentos do contato entre Guarani

e os 'juruá' são os Guarani, colocando o espectador na posição de compartilhar com eles o que pensam e vivenciam, no que acreditam e o que os emociona. Assim, como eles, sentimos os preconceitos, os distanciamentos e os equívocos da sociedade brasileira e da história nacional. E condenamos, como eles, os valores impregnados de preconceitos.

O grande mérito desse material, no contexto didático, tem sido o de promover aproximações dos estudantes com as populações indígenas, entendidas como históricas, e que vivenciam realidades históricas concretas, semelhantes às 'nossas'.

Nos meses seguintes, a proposta concentra-se em estudos da produção sobre a história do índio no Brasil, com leitura de textos reavaliando os conceitos, modificando o foco da análise para a perspectiva do protagonismo histórico e aprofundando estudos de determinados contextos.

Um dos textos para leitura é de Florestan Fernandes,¹³ que utilizou, como fontes históricas, diferentes relatos de cronistas europeus, e analisou os Tupi-nambá, entendidos por ele como uma sociedade importante na época das invasões dos europeus (franceses e portugueses) nos séculos XVI e XVII, com enfoque nas complexas situações de aprendizagem entre as crianças, os jovens e os mais velhos nas aldeias. O tema da 'educação que integra' o indivíduo na sociedade, e, ao mesmo tempo, 'uma educação que diferencia', ou seja, que forma um grupo de 'homens que diferem muito entre si', amplia os debates do curso no sentido de incentivar os estudantes a compreenderem as sociedades indígenas em processos de mudanças históricas, rompendo as imagens de sociedades 'tradicionais', concebidas com modos de viver imutáveis no tempo:

percebe-se bem como e em que extensão a renovação do que é estável se prende inseparavelmente à elaboração cultural e ao aproveitamento social efetivo do que, além de variável e de mutável, é verdadeiramente fluido no temperamento e no comportamento dos indivíduos. Se não se encarar as coisas desta maneira, corre-se o risco de ver a educação de 'tipo tribal' como uma sorte de precursora da fábrica moderna, com sua linha de montagem; da criança ao adulto ou ao velho chegar-se-ia fatalmente a produtos estereotipados, através de mecanismos exteriores simples de modelação estandardizada do caráter dos seres humanos. (Fernandes, 1966, p.152)

Outro texto proposto para estudo é o livro da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2010) que faz uma revisão das representações constituídas tradicionalmente para as populações indígenas na historiografia brasileira, e também estuda, sob novas perspectivas, a história dos aldeamentos no Rio de Janeiro, abrangendo os séculos XVI ao XIX. Nas pesquisas da autora, os indígenas são apresentados como sujeitos ativos na história da colonização assim como na fase do Império, agindo e se transformando com as situações vivenciadas:

essas novas leituras não resultaram apenas de descobertas de documentos inéditos, mas principalmente de novas interpretações fundamentadas em teorias e conceitos reformulados. Em outras palavras, um mesmo documento pode revelar realidades bem diversas, conforme as referências teóricas e conceituais que embasem as interpretações dos investigadores. (Almeida, 2010, p.10)

Nessa linha, ainda, foi escolhido um texto de Sérgio Buarque de Holanda¹⁴ para estudar com os alunos algumas tendências das políticas do Estado brasileiro em relação à questão indígena no século XX, envolvendo a história do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e as missões religiosas. E, para aprofundar estudos históricos mais específicos em determinadas localidades brasileiras, foram escolhidos ainda os textos de Fernanda Sposito¹⁵ sobre a história dos indígenas em São Paulo e o texto de Vânia Maria Losada Moreira,¹⁶ com foco na história indígena no estado do Espírito Santo.

No final do curso, a proposta é a de realizar uma inversão de quem conta a história. Para isso, a intenção é conhecer e analisar o que a historiadora Mary Louise Pratt, no livro *Os Olhos do Império*,¹⁷ conceitua como autoetnografia, ou seja, a expressão autoetnográfica dos jovens cineastas que divulgam as histórias de seu povo mediante a produção de vídeos. Esses materiais serão exibidos e debatidos, com a oportunidade de os estudantes dialogarem com alguns dos jovens cineastas convidados.

Ao longo do semestre, a principal finalidade do curso tem sido compartilhar com os estudantes situações de estudo, para que reavaliem alguns dos conceitos adquiridos no senso comum e em vivências escolares em prol da construção de saberes que favoreçam a compreensão das sociedades indígenas como históricas. A esperança é que, no futuro, como pesquisadores e professores, tenham outros pilares conceituais e orientem aproximações com práticas

de sociedades que valorizam o direito à igualdade, o respeito à diversidade e a especificidade da história indígena. Ao mesmo tempo, espera-se que percebam como os indígenas estão presentes e participam na história do Brasil e da América.

NOTAS

¹ A Lei 11.465/2008 estabelece que “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”.

² CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2008. p.XIX: “entendo como hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras”.

³ BRITTO, Edson Machado de. *A educação Karipuna no Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo*. Tese (Doutorado) – PUCSP. São Paulo, 2012.

⁴ A resposta à pergunta tem sido considerada nas referências bibliográficas previstas no curso. Nesse caso, a leitura e análise do livro da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida apontará para reflexões como: “antropólogos e historiadores têm analisado situações de contato, repensando e ampliando alguns conceitos básicos ao tema. A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos de seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas...”. ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p.22.

⁵ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva; Metalivros, 1999. Algumas imagens foram selecionadas também do texto: COSTA, Maria de Fátima. Personagens fronteiriços: ao Guaikurú conforme a Viagem Filosófica de A. R. Ferreira e a Viagem pitoresca e histórica de J. B. Debret. In: GUTIÉRREZ, Horácio et al. *Fronteiras, paisagens e identidades*. São Paulo: Ed. Unesp; Olho D'Água, 2003. p.185-223. Na aula, analisamos as seguintes imagens: a) *Adoração dos Magos*, Anônimo (Escola de Viseu), por volta de 1505; b) *O Inferno*, Anônimo (Escola portuguesa), primeira metade do século XVI; c) *Livro de Hans Staden*, Anônimo, 1557; d) *Hans Staden assiste à preparação do corpo para a devoração canibal*, Theodore De Bry, 1592; e) *Homem e mulher Tapuia, e Homem e mulher Tupinambá*, Albert Eckhout, 1643; f) *Habitação dos Apiacás sobre o Arinos*, Hercule Florence, 1828; g) *Chefe do Gentio Aycurú, habitante do Rio Paraguai* – /

autor, 1787, Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua *Viagem Filosófica*; h) *Carga de cavaleiros guaicurú, e Tribo guaicurú em busca de novas pastagens*, J. B. Debret. *Viagem histórica e pitoresca ao Brasil*, 1834; i) *Desenho de quatro botocudos*, Maximilian Wied-Neuwied, 1815-1817.

⁶ SILVA, Adriane Costa da. *Versões didáticas da história indígena (1870-1950)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, USP. São Paulo, 2000.

⁷ Alguns pressupostos fundamentaram, em diferentes épocas, a inserção dos indígenas na história nacional, como nos estudos: de etnologia e história natural do XIX; a partir de teses culturalistas da década de 1930; das diferenças entre os povos nas perspectivas geográfica e biológica dos anos 1950/1960; das diferenças de classes sociais (opressores e oprimidos) dos anos 1970/1980; e das diferenças culturais propostas pela antropologia nos estudos históricos a partir dos anos 1990.

⁸ Entre os livros analisados pelos estudantes estavam alguns muito recentes, de 2006/2010, e outros mais antigos, como: BILAC, O.; NETTO, C. *A Pátria Brasileira*: para os alunos das escolas primárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2010; CORRÊA, Viriato. *História do Brasil para crianças*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934; MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1884; RIBEIRO, João. *História do Brasil*: curso superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920; SILVA, Joaquim. *História do Brasil para primeira série ginásial*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953.

⁹ Cada um desses valores é materializado nos livros com base em formas de tratamento dadas. Por exemplo, o termo ‘genérico’ refere-se à ausência de especificidades históricas e culturais aos povos, como no caso de livros que fazem apenas o uso de termos como ‘índios’, ‘grupos indígenas’ e ‘povos indígenas’, sem nenhuma outra especificação de local, data ou denominação cultural.

¹⁰ A ficha solicitava: data, cidade, nome do museu, nome da exposição, objeto (época, sociedade, local de origem), características do objeto (materiais, forma, uso, objeto similar na nossa cultura), que história o objeto pode contar, desenho do objeto.

¹¹ LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya*: significado, constituição e uso. Maringá (PR): Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

¹² Disponível em: www.videonasaldeias.org.br/2009/; Acesso em: set. 2012.

¹³ FERNANDES, Florestan. Notas sobre educação na sociedade Tupinambá. In: _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1966. p.144-201.

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O índio no Brasil*. In: COSTA, Marcos (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda. Escritos coligidos*. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Perseu Abramo; Ed. Unesp, 2011. p.93-173.

¹⁵ SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros*: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). *Revista de História*, São Paulo, n.166, p.223-243, jan.-jun. 2012.

¹⁷ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): Edusc, 1999. p.33: “Emprego tais expressões para me referir a instâncias nas quais os indivíduos das colônias empreendem a representação e si mesmos de forma comprometida com os termos do colonizador. Se os textos etnográficos são os meios pelos quais os europeus representam para si os (usualmente subjugados) outros, textos etnográficos são aqueles que os demais constroem em resposta àqueles, ou no diálogo com as representações metropolitanas”.

Artigo recebido em 20 de junho de 2012. Aprovado em 1º de setembro de 2012.